

AS BRINCADEIRAS NO ENSINO-APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Joanilde da Silva¹
Joelma Auxiliadora Soares do Prado²
Katiúscia Cristina Costa Marques³
Laura Yule de Alencar Alcântara⁴
Marilene Maria Schnorr⁵
Silmara Francisca Gondim⁶

RESUMO: Este artigo busca refletir sobre a contribuição do brincar para o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças. Dentro de uma análise do porquê as crianças na primeira infância precisam de brinquedos, jogos e brincadeiras em seu dia a dia para tornar as salas de aula mais agradáveis, estimular as habilidades de raciocínio das crianças e promover o aprendizado para todos. Utilizar os jogos como recurso escolar é utilizar a própria motivação da criança para tornar o aprendizado mais atrativo. No entanto, os ambientes escolares têm encontrado dificuldades para impedir o uso de recursos de jogos como facilitadores da aprendizagem. Para isso, este artigo utilizará construtores teóricos, como Vygotsky (1994) (1991), Brougere (2001), Kishimito (1999), Oliveira (2002), Maluf (2003).

Palavras-chave: Escola. Desenvolvimento. Brincadeira. Alfabetização.

ABSTRACT: This article seeks to reflect on the contribution of play to children's development and learning. Within an analysis of why early childhood children need toys, games and games in their daily lives to make classrooms more enjoyable, stimulate children's thinking skills and promote learning for all. Using games as a school resource is using the child's own motivation to make learning more attractive. However, school environments have found it difficult to prevent the use of game resources as learning facilitators. For this, this article will use theoretical constructors, such as Vygotsky (1994) (1991), Brougere (2001), Kishimito (1999), Oliveira (2002), Maluf (2003).

Keywords: School. Development. Joke. Literacy.

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato-Grosso – UFMT, Especialista em Educação Infantil e Especial pela Faculdade das Águas Emendadas – FAE.

² Graduada em Pedagogia pelas Faculdades Integradas Mato-Grossenses de Ciências Sociais e Humanas, Especialista em Educação Infantil e Alfabetização pela Associação Varzeagradense de Ensino e Cultura – AVEC.

³ Graduada em Pedagogia Séries Iniciais pela Universidade de Cuiabá – UNIC, Especialista em Educação Especial – AEE.

⁴ Graduada em Educação Física pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, Especialista em Educação Aplicada ao Transtorno do Espectro Autista pela Faculdade – FAIPE.

⁵ Graduada em Pedagogia pela Faculdade Luterana no Brasil – ULBRA, Especialista em Psicopedagogia pela Faculdades das águas Emendadas – FAE.

⁶ Graduada em Pedagogia pela Faculdade Afirmativo, Especialista em Educação Especial AEE pela Faculdade Integradas de Cuiabá – FIC.

1 INTRODUÇÃO

Um dos muitos problemas enfrentados por quem atua na educação infantil é a falta de conhecimento para construir a alfabetização das crianças. Na educação infantil, as coisas foram mudando desde que descobriram que as crianças merecem um aprendizado de qualidade, a creche era vista como um ambiente auxiliar que apenas fornecia ajuda com alimentação, vestuário e higiene, enquanto hoje é vista como um ambiente de educação. Onde as crianças desenvolvem seu potencial motor, cognitivo, simbólico, emocional e expressivo.

Creches e pré-escolas eram locais onde as crianças eram depositadas e tratadas fisicamente enquanto suas mães trabalhavam. Os educadores precisam estar preparados para atender essas crianças com os métodos de desenvolvimento global de aprendizado, visto que trabalham com crianças e não com adultos; portanto, a principal maneira de as crianças pequenas aprenderem é por meio de brincadeiras, música e jogos. Segundo Vygotsky (1991), o brincar é entendido como uma atividade social para crianças cuja natureza e origem específicas são elementos essenciais na construção de sua personalidade e na compreensão da realidade em que vivem.

Brincar é uma forma de comunicação por meio da qual as crianças desenvolvem seu comportamento cotidiano, seja com dramatizações, brincadeiras, faz de conta, ou textos imitando o mundo adulto, ou seja, independentemente do tipo de brincadeira, as crianças estão sempre ganhando aprendizados criativos, sociais, intelectuais e habilidades físicas. Piaget (1998) disse que as atividades lúdicas são o berço inevitável das atividades intelectuais das crianças e, portanto, são essenciais para a prática educativa. Valorizar a ludicidade na docência significa pensar nela pela perspectiva da criança, vivenciando-a em sala de aula como algo espontâneo, permitindo que ela sonhe, fantasie, realize seus desejos e viva como uma criança de verdade.

Uma criança que brinca pode ser mais feliz, realizada, espontânea, alegre, comunicativa e outros traços positivos que ajudam a criança a se desenvolver, tornando-a uma pessoa mais humana, cooperativa e sociável. Nesse sentido, acreditamos ser necessário compreender a importância do brincar na construção do conhecimento na educação infantil. O objetivo geral foi analisar a importância de brincar com as crianças em sala de aula, pois a maioria dos professores, principalmente no final da educação infantil, está mais

preocupada em prever as habilidades de letramento das crianças e reduzir seu espaço de brincadeiras.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Educação Infantil: breve Histórico

É claro que as crianças sempre fizeram parte da sociedade, mas seu lugar mudou ao longo da história, como aponta Áries, (1986, p. 14), “A aparição da criança como categoria social se dá lentamente entre os séculos XIII e XVII”. Esse “descaso” era natural devido ao alto grau de mortalidade infantil. Áries (1986) mostrou que somente no século XVI e início do século XVII a família e a sociopedagogia mudaram radicalmente, graças às novas condições de vida. Essas mudanças impulsionaram a criação de instituições de ensino e provocaram discussões sobre como educar as crianças fora do ambiente doméstico. A partir deste século, a aprendizagem ocorre em ambiente escolar. À medida que a escola se expande como instituição social, o conceito de infância adquire outras conotações.

Historicamente, a demanda por creches parece ser um reflexo direto das enormes mudanças sociais, econômicas e políticas que ocorreram na Europa desde o século XVIII (CORAZZA, 2002).

À medida que as crianças ingressam nas creches, aumenta a necessidade de novas orientações pedagógicas destinadas a transformar as sociedades capitalistas. Nesse contexto, surgiram novos modelos educacionais com o objetivo de respeitar as crianças e incentivar atividades significativas.

No Brasil, as "preocupações" com a educação infantil começaram a surgir na segunda metade do século XIX. Durante este período, não existiam preocupações quanto à criação de instituições de ensino que atendessem crianças menores de 6 anos, quer do ponto de vista conservacionista, quer do ponto de vista educativo.

Kuhlman Jr. (1998) destaca que, até meados do século, a educação dos filhos era responsabilidade exclusiva da família e, portanto, do grupo social ao qual pertencia. As necessidades são atendidas por esse grupo social: emocionais, afetivas, psicológicas e educacionais. Na ausência de instituições de ensino, estudam em casa com professores particulares.

Com a abolição da escravatura, a população urbana das grandes cidades aumentou, desencadeando uma série de iniciativas voltadas ao cuidado infantil. Na época, foram criadas

creches, internatos e abrigos para cuidar de crianças carentes, incluindo os filhos de escravos abandonados.

Em 1875, o primeiro jardim de infância do Brasil foi inaugurado no Rio de Janeiro. Dois anos depois, apareceu em São Paulo. Sendo entidades privadas destinadas a atender às necessidades educacionais de crianças de elite.

Oliveira (2002, p. 34) registra que os jardins de infância da época eram confundidos com abrigos franceses, ou entendidos como um perigoso início para a educação infantil.

Tais modelos foram influenciados pelas ideias de Rousseau que revolucionou a educação ao exaltar que a criança deveria aprender através de atividades práticas. No século XIX, devido à importância da educação para o desenvolvimento social, intensificou-se a discussão sobre a obrigatoriedade do ensino nos países europeus. Nesse caso, Corazza (2002, p. 89) diz: “[...] A criança é considerada um componente essencial da família e da sociedade e seus direitos passam a ser protegidos pelo Estado”.

No entanto, o sistema educacional para crianças empobrecidas proposto pela elite política europeia visava apenas promover o aprendizado profissional baseado na piedade e na disciplina. Sobretudo, Oliveira (2002) esclarece que os jardins de infância visavam atender crianças de elite, enquanto as crianças de classe baixa permaneciam em instituições assistenciais.

A crença predominante é que as instituições educacionais (creches e pré-escolas) criadas para os pobres precisavam oferecer educação de baixa qualidade porque as crianças não podiam ser ensinadas “[...] a pensarem mais sobre sua realidade e a não se sentirem resignadas em sua condição social” (KUHLMANN Jr., 1998, p. 183).

No início do século XX, ocorreram grandes mudanças no campo da educação europeia e americana, dois médicos: Ovidio Decroly e Maria Montessori. Decroly desenvolveu um método de ensino que propõe atividades de ensino baseadas na integralidade do funcionamento mental e nos interesses das crianças, enquanto o trabalho de Maria Montessori se concentra na produção de materiais educativos adequados à exploração sensorial das crianças.

Com a industrialização e o estabelecimento de empregos remunerados, foram criadas as primeiras instituições pré-escolares. Essas instituições foram inseridas na esfera industrial devido à necessidade de regular as relações de trabalho das mulheres emergentes no sistema capitalista (KRAMER, 1995).

Em 1923, surgiram as primeiras regulamentações sobre o trabalho feminino. Ainda neste período, existem algumas ações em prol da educação, porém, até a década de 1930 houve inúmeras mudanças políticas, econômicas e sociais que se refletiram na configuração das instituições voltadas para as questões de educação e saúde.

Na época, Oliveira (2002, p. 110) comentava que as creches eram: “Entendidas como ‘mal necessário’, as creches eram planejadas como instituições de saúde, com rotinas de triagem, lactário, pessoal auxiliar de enfermagem, preocupação com a higiene do ambiente físico”.

Em 1937, Getúlio Vargas implantou o Estado Novo, e com ele veio o foco em proporcionar uma educação que garantisse à nova geração uma educação com valores e normas socialmente impostos. Na década de 1960, a educação infantil era vista como um mecanismo que poderia garantir o sucesso escolar futuro. No início desta década, ocorreu uma importante mudança: a Lei de diretrizes e Bases (Lei 4.024/61), que trouxe mudanças relevantes no campo da educação da pré-escola.

Essa mudança pode ser vislumbrada no artigo 23, quando Oliveira (2002, p. 102) ressalta que: “a educação pré-primária, destina-se aos menores de até 7 anos, e será ministrada em escolas maternas ou jardins-de-infância”.

1208

Na década de 1970, os serviços educacionais de creches e jardins de infância públicos começaram a ser reconhecidos pela política governamental. No entanto, essa educação não foi legalmente garantida, pois a Lei nº 5.692/71, que foi implantada nesse período, não definiu nenhum termo para designar a educação de crianças na faixa etária menor de 7 anos, dificultando sua expansão.

À medida que as mulheres entraram no mercado de trabalho, o Projeto Casulo em 1977 teve como objetivo fornecer serviços de educação e nutrição a um grande número de crianças enquanto suas mães trabalhavam.

Na década de 1980, discutia-se a atualização das recomendações de ensino para creches e jardins de infância. A partir dessas discussões, creches e jardins de infância são reconhecidos pela Constituição Federal (BRASIL, 1988) como direito da criança e dever do Estado.

A década de 1990 assistiu a diversas conquistas no campo da educação no Brasil, como a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990); a Política Nacional de Educação Infantil (1994); o reconhecimento do ensino infantil na Lei de Diretrizes e Bases

(9394/96) a elaboração dos Referenciais Curriculares Nacionais para Educação Infantil (1998).

O desafio atual para a educação infantil no Brasil é oferecer uma educação com foco na cidadania e uma assessoria pedagógica que promova o desenvolvimento e a aprendizagem infantil. A atenção não está mais na garantia de vagas de trabalho, mas na qualidade da prestação dos serviços, pois apesar dos avanços e conquistas, a educação infantil ainda carece de profissionalismo e reflexão sobre sua prática.

2.3 O lúdico na alfabetização das crianças

O uso do brincar é uma atividade natural para a criança e traz benefícios, pois por meio do brincar a criança pode despertar suas emoções, aprender a lidar com os fatos pertinentes ao seu cotidiano, aprender a lidar com o mundo, recriar, repensar, imitar e vivenciar o que desencadeia desses eventos. Eles estimulam a autoestima, ajudando-os a desenvolver a imaginação, a criatividade, as habilidades motoras e o raciocínio em suas interações consigo mesmos e com os outros.

A criança cresce na brincadeira, pois na brincadeira, a criança adquire naturalmente toda a riqueza do aprendizado através da prática, sem pressão ou medo de errar, e se alegra com o poder do conhecimento.

Queiros e Martins (2002), nas brincadeiras e nos jogos, a criança age como se fosse maior que a realidade, o que sem dúvida contribui muito para o seu desenvolvimento. Mas isso tem causado muita polêmica nos últimos anos, pois os jogos nas escolas são apenas uma forma de lazer e têm ocupado um lugar na educação infantil, e muitas pessoas ainda não entendem o quanto os jogos trazem benefícios para as crianças.

As visões da educação infantil mudaram com os movimentos sociais que visam mudar o trabalho de desenvolvimento infantil, a creche era vista como um ambiente de bem-estar que fornecia apenas alimentação, vestuário e higiene, ao passo que hoje é vista como um ambiente educacional, permitir que as crianças desenvolvam seu potencial motor, cognitivo, simbólico, emocional e expressivo.

O primeiro passo para a mudança é reconhecer a educação infantil nas creches e pré-escolas, e incluir as crianças de 0 a 6 anos, que devem começar a receber uma aprendizagem de qualidade e voltada ao seu desenvolvimento global. Mas com esse avanço veio a falta de qualidade.

O brincar tem sido privilegiado no desenvolvimento infantil, ganhando cada vez mais espaço na educação infantil, o brincar é a linguagem natural das crianças, por isso se torna importante na escola. Começando na primeira infância, mas quem trabalha na educação infantil enfrenta muitos problemas, um deles é a falta de conhecimento para construir a alfabetização das crianças. E o brincar, tão importante na alfabetização das crianças, foi substituído por outras atividades mais importantes para os educadores, pois muitos ainda veem o brincar como um simples passatempo, uma forma de recreação.

Pires (1997) defende que brincar para as crianças não é apenas pura diversão, envolve educação, socialização, construção e desenvolvimento pleno de suas potencialidades e habilidades futuras.

Kishimoto (2000) argumenta que o brincar e os jogos interferem diretamente no desenvolvimento da imaginação, representação simbólica, cognição, sentimento, prazer, relacionamentos, convivência, criatividade, movimento e autoimagem do indivíduo. Kishimoto (1999, p. 110) acrescentou: nessa linha de pensamento, as crianças aprendem a se relacionar com os outros por meio de brincadeiras, desenvolvendo a motricidade, o pensamento e a criatividade.

É através do contato direto com brinquedos e materiais concretos ou instrucionais que são estimuladas as primeiras conversas, trocas de ideias, contato com parceiros, imaginação das crianças, exploração e descoberta de relacionamentos. É por meio da brincadeira que a criança comanda o mundo ao seu redor.

Toda criança deve brincar porque é por meio da brincadeira que a criança dá sentido ao seu mundo e utiliza o conhecimento para ajudá-la a agir em seu meio. Em algum momento, ela recria em seu jogo o que testemunhou no mundo.

Brougère (2001, p. 99) lembra: “brincadeira é uma mutação do sentido, da realidade: as coisas tornam-se outras. É um espaço à margem da vida comum, que obedece a regras criadas pela circunstância”.

Para Winnicott (1982), crianças ou adultos podem exercer sua liberdade criativa na brincadeira, e talvez seja apenas na brincadeira que eles estimulam esse dom. Mesmo as brincadeiras mais simples, aquelas que todo mundo pratica com os bebês, são estímulos importantes para o desenvolvimento da criança. Nas palavras de Bettelheim (1988, p. 105): Através das brincadeiras das crianças, pode-se aprender como ela vê e constrói o mundo - o

que ela quer que seja seu foco e quais problemas a incomodam. Por meio da brincadeira, a criança expressa o que tem dificuldade em expressar em palavras.

A criança agirá de acordo com o significado que atribui ao objeto dessa interação, adaptando-se às reações de outros elementos da interação e também reagindo, resultando em novos significados que serão interpretados por outros como uma espiral.

A experiência lúdica alimenta-se constantemente de elementos da cultura geral. Essa influência vem de muitas formas, começando com as condições ambientais e materiais. O que os adultos dizem e fazem sobre a atividade, bem como o espaço, o tempo e os materiais fornecidos às crianças (nas cidades, em casa e na escola), terão um papel fundamental no desenvolvimento da experiência lúdica.

Uma forma de comunicação lúdica pressupõe que a aprendizagem terá impacto em outras aprendizagens porque abre a possibilidade de distinguir entre diferentes tipos de comunicação: real, realista, fantasiosa.

Enquanto brincam, as crianças entram em um mundo complexo de comunicações que são usadas em ambientes escolares, simulações educacionais e exercícios. Nesse sentido, é de extrema importância distinguir entre os diferentes tipos de atividades que podem e devem ser garantidas no ambiente escolar.

As atividades lúdicas, principalmente na educação infantil, não são apenas um passatempo, contribuem para o desenvolvimento global das crianças e promovem o processo de socialização e descoberta do mundo. A criança tem potencial dentro de si, e esse potencial aparece em suas situações de vida, principalmente nas brincadeiras interativas, e é nesses momentos que o indivíduo mostra seu ritmo e harmonia ao mundo. Brincar nada mais é do que a linguagem de uma criança.

2.4 Direito de brincar

O brincar é tão importante para as crianças que passou de um simples direito a uma garantia da Declaração Universal dos Direitos da Criança, cujo quarto requisito afirma claramente que as crianças terão direito a alimentação adequada, recreação e cuidados médicos. Estabelecendo igualmente que o entretenimento é tão importante quanto a alimentação e a saúde das crianças, enfatiza a importância do brincar no desenvolvimento da criança.

O sétimo princípio afirma que as crianças devem ter oportunidades adequadas para brincar e participar de atividades recreativas que sejam consistentes com os objetivos educacionais. Porque as autoridades sociais e públicas têm o dever de promover esses direitos.

No artigo segundo do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), são consideradas crianças para os fins desta Lei, as pessoas menores de 12 anos e os adolescentes são as pessoas entre as idades de 12 e 18 anos. Portanto, no artigo dezesseis, a criança tem direito à liberdade, que inclui diversos aspectos, inclusive no inciso quarto, que é brincar, se exercitar e se divertir. No artigo cinquenta e nove, cabe aos municípios, com apoio estadual e da União, destinar recursos e espaços e viabilizar programas culturais, esportivos e recreativos para crianças e adolescentes.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação nos informa que:

Brincar é uma das atividades fundamentais para o desenvolvimento da identidade e da autonomia da criança, desde muito cedo, pode se comunicar por meio de gestos, sons e mais tarde ter determinado papel na brincadeira faz com que ela desenvolva sua imaginação... A fantasia e a imaginação são elementos fundamentais para que a criança aprenda mais sobre a relação entre pessoas.

1212

Porque o direito de brincar é reconhecido por lei. Mas a algumas crianças é negado o direito de brincar, muitas vezes porque vivem em ambientes frágeis que as impedem de gozar do direito, e não podemos negá-las na escola. Concluiu que os educadores também devem promover o direito das crianças de brincar por lei.

Reconhecer que a educação infantil em creches e pré-escolas é uma obrigação do Estado e um direito da criança que foi estabelecido no artigo 208, inciso IV, da Constituição Federal de 1988, reafirmada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, pela lei nº 9394 das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996. Assim, a educação infantil passou a ter novos objetivos, abrangendo crianças de 0 a 6 anos.

Analisando esta etapa da educação como um momento em que as crianças se conectam e melhoram seu funcionamento, é necessário que os educadores compreendam as diferentes etapas do desenvolvimento de uma criança. A educação infantil costuma ser assumida por não profissionais que, de acordo com a Lei de Diretrizes e Base da Educação 9.394/1996, não atingem sequer a escolaridade mínima exigida pelo Brasil, pois muitos ainda priorizam os cuidados físicos em detrimento do desenvolvimento global. Pensando nestes

impasses, a Lei de Diretrizes e Base da Educação traz os professores para treinamentos para que possam atualizar seus métodos de ensino com seus alunos. Tal processo significa examinar práticas, crenças, hábitos, ou seja, lidar com a resistência à inovação (SCARPA, 1998).

CONCLUSÃO

Segundo os teóricos, os jogos, brinquedos e brincadeiras são muito importantes para o desenvolvimento da primeira infância, é por meio deles que a criança ganha experiência, desenvolve seu potencial motor e cognitivo, aprende a ler o ambiente, e nessa idade há a defender muitas outras formas de desenvolvimento e aprendizado básico. Usando as palavras de Montessori, Vygotsky (1991, p. 134) relata que “o jardim de infância é o lugar apropriado para o ensino da leitura e da escrita”, mas que estas descubram as respectivas habilidades durante as situações de brincar.

Porém, mesmo com um papel tão importante no desenvolvimento infantil, ainda há uma grande falta de formação dos educadores nesta fase, que deixou o brincar em segundo plano na educação infantil, mas, como foi através de muita luta que mudou-se a forma como as creches atuam, a história também mudará a realidade desses profissionais, e isso vem sendo atingido por meio de cursos de formação. Portanto, a brincadeira é importante para a construção do conhecimento na educação infantil, pois ajuda a desenvolver a imaginação, o raciocínio e a criatividade. Da mesma forma, na construção do sistema de representação, envolve a aquisição da leitura e da escrita, e a formação da motricidade, cognição, fisiologia e psicologia das crianças.

Este artigo explora a importância do brincar na educação infantil e tem como objetivo estimular os educadores a refletir sobre a educação infantil na esperança de contribuir positivamente para a prática docente. Nesse contexto, reconhecer e valorizar o brincar é um ponto de partida fundamental para o desenvolvimento da criança.

REFERENCIAS

- ÁRIES, Philippe. **História social da infância e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara. 1986.
- BARROS, C.S.G. **Pontos de psicologia do desenvolvimento**. São Paulo: Ática 1987.
- BETTELHEIM, B. **Uma vida para seu filho**. Rio de Janeiro, Campus, 1988.

BROUGERE, Gilles. **Brinquedo e cultura**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CORAZZA, Sandra Mara. **Infância & educação: era uma vez – quer que eu conte outra vez?** Petrópolis: Vozes, 2002.

KISHIMOTO Morchida. **Brinquedo e brincadeira**. Usos e significações dentro de contextos culturais. In SANTOS, Santa Marli Pires dos (org.) 4 ed. **Brinquedoteca: o lúdico em diferentes contextos**. Petrópolis: vozes, 1997.

KISHIMOTO, T. (org). **Jogo, brinquedo, brincadeira e educação**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.

KISHIMOTO. **Brinquedo e brincadeira**. In SANTOS, Santa Marli Pires dos Santos (org.) 4ª ed. **Brinquedoteca: o lúdico em diferentes contextos**. Petrópolis: vozes, 2000.

KUHLMANN JR. **Infância e Educação Infantil**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

MALUF, Ângela, Cristina Munhoz. **Brincar: prazer e aprendizado**. Petrópolis: Vozes, 2003.

OLIVEIRA, Vera Barros (org.) **O Brincar e a Criança**: Petrópolis: Vozes, 1996.

OLIVEIRA Z. M. R. de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2002.

PIAGET, J. **A Formação do Símbolo na Criança: imitação, jogo e sonho, imagem e Representação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

1214

SANTOS, Santa Marli Pires dos (org). **Brinquedoteca: o lúdico em diferentes contextos**. Petrópolis, RJ: vozes, 1997.

SCARPA, R. **Era assim, agora não: uma proposta de formação de professores leigos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

VYGOTSKY, Lev Semyonovitch. **Pensamento e linguagem**. Lisboa: Edições Antídoto, 1979.

VYGOTSKY. **A formação social da mente**. 5ª ed. São Paulo: Fontes, 1994.

VYGOTSKY, Lev. S. **A Formação Social da Mente**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes Editora Ltda, 1991.

WINNICOTT, D.W. **A criança e o seu mundo**. 6ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982.